

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.542 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2002

Rádio Senado valoriza cultura e participação do ouvinte em “Coisas do Brasil”

PÁGINA 2

Previdência municipal

A Lei 9.796 fez parte do pacote de medidas aprovadas pelo Congresso que ficou conhecido como “Reforma da Previdência”. O objetivo foi regularizar a situação das aposentadorias e pensões pagas por regimes previdenciários municipais.

Municípios com previdência própria	2.740
Despesa com benefícios	R\$ 3 bilhões*
Déficit anual	R\$ 2,5 bilhões*
Compensação paga	R\$ 201,9 milhões**

* Dados para o ano de 2000.

** De acordo com a Lei 9.796, até o dia 8 deste mês.

Fonte: Ministério da Previdência Social

Prefeituras podem ter mais prazo para acerto com INSS

Pode ser suprimido o prazo para a conversão dos regimes previdenciários de estados e municípios ao regime geral da Previdência Social, gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

PÁGINA 3

Proposta cria consórcio de estado e município

Projeto de Geraldo Althoff autoriza estados, municípios e o Distrito Federal a constituir consórcios para realizar serviços públicos, atividades e obras de interesse comum.

PÁGINA 3



José Cruz

Ademir Andrade: poucos conhecem exigências do governo federal

Informação para prefeito obter verbas

Governo deve informar prefeituras sobre como receber verbas, segundo projeto de Ademir Andrade.

PÁGINA 3

País precisa de choque de otimismo, afirma Francelino

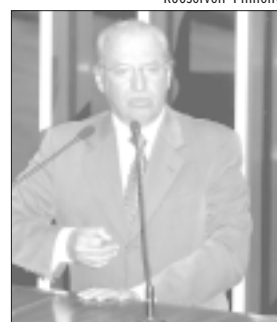
PÁGINA 2



Exportação de madeira extraída da Amazônia Legal será proibida se aprovado o projeto de Romero Jucá

Projeto acaba, em cinco anos, com exportação de madeira da Amazônia

PÁGINA 4



Roosevelt Pinheiro

Valadares já obteve aprovação da PEC no Senado

Fundo deve garantir recursos para recuperar São Francisco

Proposta de emenda constitucional de Antonio Carlos Valadares institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco.

PÁGINA 4

Otimismo de JK deve inspirar país na superação da crise, diz Francelino

Senador destaca legado de confiança e determinação deixado por Juscelino, que será homenageado no dia 12 de setembro, em comemoração ao centenário de seu nascimento

Os transtornos de mercado e solavancos vividos pela economia no atual momento não assustam os brasileiros, que já demonstraram ser capazes de enfrentar as piores adversidades e de vencê-las. O que o Brasil mais necessita, nessa hora de dificuldades, é de um “choque de otimismo”, como o que foi deflagrado no país, a partir de 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

As afirmações são do senador Francelino Pereira (PFL-MG), um dos integrantes da comissão parlamentar encarregada de coordenar uma série de eventos em homenagem ao centenário de nascimento de JK.

– Quem quer que seja o próximo presidente da República, e quaisquer que sejam as dificuldades vividas pelo país, devemos, todos, buscar inspiração no exemplo de Juscelino Kubitschek, que

não somente construiu Brasília, mas deflagrou no Brasil uma revolução de otimismo, que serviu para consolidar a nação e abrir novos caminhos – afirmou.

Francelino Pereira, em entrevista concedida à Agência Senado, disse que no dia 12 de setembro, às 11h, o Congresso Nacional estará apresentando uma homenagem ao ex-presidente, no aniversário de 100 anos do seu nascimento.

– Faremos uma sessão solene, no Plenário do Senado, com poucos discursos, mas com muita manifestação de alegria ao homem que surpreendeu o Brasil pelo seu voluntarismo e determinação de transformá-lo numa nação que agora merece o olhar do mundo inteiro – disse o senador.

Ao comentar o atual quadro de



Francelino: Brasil precisa de “choque de otimismo”, como o deflagrado por JK em 1956

dificuldades vivido pelo país, em vésperas de eleições, Francelino Pereira observou que ninguém acreditava também na construção de Brasília e muitos ficaram contra

aquele projeto.

Essa descrença, continuou, ocorreu mais recentemente também com a Seleção Brasileira de Futebol, que saiu daqui desacreditada e trouxe-nos da Copa do Mundo, no Japão, o pentacampeonato, graças à confiança, à garra e ao otimismo do técnico e dos jogadores.

– Precisamos, agora, dessa confiança e desse otimismo para enfrentar as dificuldades econômicas, repetindo aqui e agora as lições que nos foram legadas por Juscelino – disse.

Quando as urnas forem abertas em outubro, qualquer que seja o vencedor, Francelino apontou que ele encontrará em JK fonte de inspiração, “pelas metas que traçou para a grandeza do Brasil”.

“Coisas do Brasil” é nova atração da Rádio Senado

O programa *Coisas do Brasil*, que vai ao ar das 6h às 8h, estendendo-se até as 9h a partir da semana que vem, é a nova atração da Rádio Senado. Apresentado por Mascarenhas de Moraes e produzido por Kátia Sartoro, o programa leva música, notícias e novidades sobre esporte e cultura para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o norte de Minas Gerais.

Transmitido em ondas curtas na frequência 5.990 kwz, na faixa de 49 metros, o programa recebe cartas de ouvintes de todo o país, com histórias curiosas, relacionadas com terror, assombração ou folclore. As cartas são lidas no quadro “Acredite se puder”, que conta com o trabalho do operador Zé Leite. Num outro quadro, “A música da minha vida”, ouvintes mandam relatos associados a músicas que tiveram significado em suas vidas, ocasião em que a canção é executada.

No quadro sobre esporte, o repórter Manoel Gomes atualiza os ouvintes com as últimas novidades nessa área.

Publicações legislativas atraem leitores em MG

O público mineiro tem se surpreendido com a presença do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais, seja pelos baixos preços dos livros com leis recentemente aprovadas, seja pela qualidade dos livros do Conselho Editorial. Isso



porque muitos dos visitantes do salão confessam que não esperavam encontrar um estande do Senado em um evento literário.

Esse foi o caso de Leony de Carvalho, diretora da Biblioteca Pública Municipal de Nova Lima, que se interessou por 12 títulos do Conselho Editorial para ampliar o acervo da biblioteca. Depois de

passar cerca de uma hora no estande, ela comprou o livro *O Dinheiro Brasileiro*, editado em conjunto pelo Senado e pelo Banco Central do Brasil (BC), apresentando todas as cédulas e moedas que o país já teve desde a criação do BC, em 1964.

– As publicações do Senado nos interessam, pois estamos complementando nosso acervo com obras para pesquisa e livros mais antigos, que não podem ser adquiridos em editoras comerciais – afirmou.

OUTRAS OBRAS

Em conversa com funcionários do Senado, Leony também foi orientada a fazer um contato institui-

onal com a Subsecretaria de Edições Técnicas para receber outras obras para a biblioteca, como a *Galeria de Brasileiros Ilustres* e *A História dos Símbolos Nacionais*, entre outras que despertaram sua atenção. O diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, Raimundo Pontes Neto, informou à diretora que a biblioteca de Nova Lima, que fica na região metropolitana de Belo Horizonte, pode, assim, receber as obras editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações tão logo elas sejam lançadas.

Segundo a diretora, a biblioteca de Nova Lima, fundada em 1972, reúne em seu acervo quase 40 mil volumes e tem 12,5 mil usuários cadastrados, que fazem cerca de 7 mil consultas e empréstimos por mês.

Senado nas eleições

Desde o dia 6 de julho a propaganda eleitoral foi liberada com restrições e normas estabelecidas pela Justiça Eleitoral, que é responsável por

Faltam 52 dias para as eleições

receber denúncias de irregularidade. O candidato será notificado e ficará sujeito a multa se não recolher o material.

Não é permitida a veiculação de propaganda eleitoral, sob qualquer forma (cartazes, pichações, inscrições a tinta e outras), em bens públicos, tapumes de obras ou prédios públicos, postes de suporte de sinais de trânsito, árvores e jardins localizados em áreas públicas, postes públicos, viadutos, passarelas e

pontes.

É permitida a propaganda em bens particulares, desde que autorizada pelo responsável ou proprietário.

Está liberada a propaganda mediante a fixação de placas, faixas e assemelhados nos viadutos, passarelas, pontes e postes públicos que não sejam suporte de sinais de trânsito, desde que não lhes cause dano ou dificulte seu uso e o bom andamento do trânsito. Também é permitida a colocação de bonecos e cartazes não fixos ao longo da via pública, sem que cause dificuldades ao trânsito.

Fonte: TSE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita de Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fim de prazo para acerto de município com INSS

Carlos Wilson argumenta que, dada a complexidade da conversão dos sistemas municipais e estaduais ao regime geral de Previdência, apenas 112 entes da Federação puderam cumprir exigência estabelecida em 1999

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar em caráter terminativo, ainda neste semestre, projeto de lei do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que suprime o prazo para que estados e municípios procedessem à conversão de seus regimes previdenciários ao regime geral de Previdência Social, gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Carlos Wilson esclarece que a Lei 9.796, de 1999, fixou prazo de 18 meses para que os governos estaduais e municipais acertassem suas contas junto ao INSS. Esse período foi ampliado por meio de medida provisória por mais 18 meses, mas esgotou-se no último dia 6 de maio. O senador destaca que, até maio passado,



Para Carlos Wilson, melhor forma de resolver o problema é suprimir o prazo mediante projeto de lei

apenas 20 estados, o Distrito Federal e 91 municípios – incluindo 11 capitais – haviam processado requerimento de compensação financeira junto ao INSS.

– Ou seja, apenas 112 entes da Federação em um total de 5.533 encontram-se em situação regu-

lar. Portanto, 98% dos entes da Federação ainda estão por regulamentar a compensação financeira dos regimes previdenciários.

Para o senador, essa situação foi provocada pela complexidade da conversão dos regimes previdenciários. O cuidado nesse processo, afirma ele, é fundamental, já que esse acerto de contas perdurará indefinidamente.

Como o prazo estabelecido mostrou-se, segundo o senador, inexecutável, e diante do vazio deixado pela impossibilidade de reedição da medida provisória sobre o assunto, o senador argumenta que a aprovação de um projeto de lei retirando o prazo inicialmente estipulado é a melhor forma de resolver a situação de maneira adequada.

Prefeituras devem ser informadas sobre verbas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá apreciar neste segundo semestre projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que obriga o governo federal a divulgar informações necessárias sobre como uma prefeitura deve fazer para receber verbas transferidas da União para os municípios. O senador diz que a burocracia é tamanha que só algumas grandes prefeituras sabem como proceder para se candidatar a verbas dos programas federais.

A divulgação dos procedimentos irá beneficiar as pequenas prefeituras e pode colocar um fim à “manipulação política” das verbas, que só beneficiam aliados políticos de quem está no poder, sus-

tenta Ademir Andrade. Segundo o projeto, até a *Voz do Brasil* terá de alertar os prefeitos sobre a publicação, no *Diário Oficial* da União, das normas para quem quer se candidatar a um repasse federal.

– Somente uns poucos privilegiados conhecem as exigências feitas pelos diversos órgãos do governo federal para obter recursos e se candidatar a programas, convênios, financiamentos, repasses especiais e subsídios previstos no Orçamento da União – pondera Ademir Andrade.

O projeto determina que todos



Ademir Andrade alega que algumas prefeituras contratam lobistas

os órgãos que liberam verbas para estados e municípios terão 15 dias, depois de sancionado o Orçamento da União, para divulgar as orientações sobre acesso às transferências voluntárias do governo federal. A proposta está sendo relatada

pelo senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), o qual deve apresentar seu parecer logo que encerrar o recesso parlamentar deste mês.

Ademir alega que prefeituras sem apoio político acabam nas mãos de empresas lobistas de Brasília para receber alguma verba.

Estados e municípios poderão formar consórcios

Estados, municípios e o Distrito Federal poderão constituir consórcios destinados a implementar políticas de desenvolvimento, com destaque para a realização de serviços públicos, atividades e obras de interesse comum. É o que determina projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), já aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que, atualmente,



Maria do Carmo Alves afirma que medida permite reduzir custos

se encontra na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, aguardando votação.

A relatora do projeto na CCJ, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), considera a formação de consórcios benéfica para o desenvolvimento regional, lembrando que a união entre estados e municípios poderá reduzir custos na aquisição e produ-

ção de bens e serviços.

A senadora salientou que iniciativas intergovernamentais, como a sugerida, poderão ser responsáveis pela preservação do patrimônio turístico comum entre estados e municípios. Ela acha também que os consórcios passariam a ser instrumentos fundamentais para a solução de problemas administrativos enfrentados por regiões metropolitanas.

Para Geraldo Althoff, os consórcios públicos têm como objetivo principal otimizar o uso de recursos e buscar maior eficiência e racionalidade administrativa.

Punição a prefeito que atrasar recursos do Poder Legislativo

Os prefeitos municipais podem vir a responder por crime de responsabilidade se deixarem de entregar às câmaras municipais e aos tribunais ou conselhos de contas, até o dia 20 de cada mês, o repasse dos recursos vinculados ao Poder Legislativo, conforme projeto do senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) que será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

A preocupação do senador, conforme ele justifica em sua proposta, é dar eficácia ao artigo 168 da Constituição. Esse dispositivo determina que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, se-



Francisco Escórcio destaca papel das câmaras municipais

rão repassados aos órgãos competentes até o dia 20 de cada mês.

De acordo com Francisco Escórcio, a aprovação de seu projeto contribuirá para harmonizar os efeitos da descentralização da ação do poder público introduzida pela

Constituição de 1988, que levou a um aumento da importância das câmaras municipais. De órgãos quase puramente homologatórios das decisões do prefeito, sem qualquer poder mais efetivo, elas foram se transformando em reais canais de representação popular e de controle e fiscalização da administração municipal, argumenta o senador.

No entanto, alerta Escórcio, “esse oportuno dispositivo” da Constituição permanece, até o momento, sem sanção pelo seu descumprimento e, como tal, sem efetividade.

Mauro quer melhor salário para policiais do Entorno

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou projeto de lei autorizando o Poder Executivo a utilizar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para complementar a remuneração dos policiais civis e militares que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), de forma a igualá-la àquela fixada para os policiais civis e militares do Distrito Federal.

Mauro lembra ter havido, em abril passado, promessa do presidente Fernando Henrique, sensibilizado com a situação de insegurança dos habitantes do Entorno, de providenciar recursos federais para complementar a remuneração dos policiais civis e



A proposta de Mauro Miranda está tramitando na CCJ

militares da região, muito inferior aos salários dos policiais do DF.

Ainda segundo o senador, a gratificação de R\$ 500 somente foi paga por seis meses, sem maiores explicações. “Para criar um mecanismo permanente de melhoria salarial para os policiais da região, apresentei o presente projeto de lei, autorizando o repasse de recursos do FNSP, criado em 2001.”

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em regime de decisão terminativa, o que dispensa a votação da matéria pelo Plenário do Senado, exceto se houver recurso apresentado por um décimo dos senadores (9) no prazo regimental de cinco sessões.

Inseticida doméstico pode ter normas mais rigorosas

Projeto de Tião Viana, já aprovado no Senado, tenta reduzir riscos de produtos responsáveis por grande número de intoxicações

A Câmara dos Deputados deverá apreciar, provavelmente ainda neste semestre, projeto de lei de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) que amplia o controle sobre os produtos saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes e detergentes). Segundo o senador, em 1997, esses produtos foram responsáveis, no Brasil, pela intoxicação de 11.293 pessoas, das quais 566 morreram.

A proposta de Tião Viana, já aprovada no Senado, altera o artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, destacando que os saneantes domissanitários serão classificados segundo o risco que apresentem para a saúde e a vida das pesso-



Tião Viana: proposta está de acordo com orientação da OMS

Rosevelt Pinheiro

as, atribuindo-se a cada categoria de risco um símbolo de perigo correspondente. Esse símbolo será obrigatoriamente empregado nas peças publicitárias, embalagens, etiquetas, bulas e também nos rótulos, nas instruções de uso e prospectos referentes aos produtos.

Determina ainda a proposta que o fabricante, o distribuidor, o importador, o vendedor e os responsáveis pelos meios de comunicação que descumprirem a nova lei incorrerão em "crime contra as relações de consumo", ficando o infrator sujeito às penas previstas no Código de Defesa do Consumidor (detenção de um mês a dois anos e multas).

Segundo o senador Tião Viana, sua proposta segue recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de reduzir em todo o mundo os elevados índices de morbidade e de mortalidade provocados por esses produtos.

Utilizando-se de dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz, o senador diz que os saneantes domissanitários responderam, em 1997, por 15,7% do total de casos de intoxicação humana registrados no país e por 15,6% do total de óbitos por intoxicação humana. O próprio Sinitox, contudo, explica Tião Viana, reconhece que esses índices podem ser mais elevados, uma vez que o sistema de registro não dispõe de cobertura nacional.

Projeto proíbe exportação de madeira da Amazônia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar em breve projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) proibindo a exportação de madeira em tora, prancha ou não-acabada, extraída na Amazônia Legal. O relator é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que apresentará substitutivo ao projeto.

Segundo a proposta, a proibição será em etapas, passando a total apenas no quinto ano após a lei entrar em vigor. Jucá argumenta que o desmatamento das florestas brasileiras já atingiu níveis insustentáveis, em função da ação das madeiras, principalmente

internacionais. "Elas se aproveitaram da vulnerabilidade do poder público para combatê-las, promovendo a devastação de modo crescente e galopante." O projeto estabelece que aos infratores (pessoas físicas ou jurídicas) será aplicada a maior multa prevista na legislação, sem prejuízo da apreensão da madeira e da ação penal a que responderão os responsáveis pela exportação ilegal.

Para o senador, a exportação indiscriminada de madeira preju-



Romero Jucá lamenta devastação das florestas do país

Rosevelt Pinheiro

dica o meio ambiente e dilapida as riquezas vegetais do Brasil, além de despertar críticas de outros países, aumentando, ainda mais, a cobiça pela Amazônia e por sua conseqüente internacionalização.

Romero Jucá ressalta que seu projeto não cria mudanças bruscas na atividade empresarial, uma vez que concede prazo de cinco anos para que os exportadores de madeira possam se adaptar à nova legislação.

Rocha propõe auxílio para morador de reserva

Os moradores de reservas extrativistas e parques florestais podem passar a contar com um auxílio financeiro da União. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto de lei criando o Programa Especial de Pecúlio Ambiental, que garante um salário mínimo mensal a quem comprovar dois anos de residência nessas áreas



Sebastião Rocha quer instituir pecúlio ambiental

Rosevelt Pinheiro

e não receber outro benefício federal.

Outra exigência para o recebimento da "bolsa ambiental" é a inscrição do beneficiário no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além de evitar a migração e assegurar a subsistência dessas comunidades, que só poderiam explorar algumas

áreas mediante plano de manejo ambiental, o senador quer que elas assumam a vigilância, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

— Os moradores passariam a ser fiscais da floresta, zelando pela proteção e preservação das espécies — afirmou. Embora não defina a fonte de financiamento da "bolsa ambiental", Rocha defende que governo e instituições de países ricos passem a colaborar com recursos para a manutenção de reservas ambientais.

Fundo para o Rio São Francisco aguarda decisão da Câmara

A vinculação de recursos orçamentários para recuperar a bacia do mais importante rio do Nordeste, o São Francisco, deve ser apreciada neste semestre pela Câmara dos Deputados. Proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovada no Senado em abril e aguardando decisão dos deputados, institui, por 20 anos, o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, formado por 0,5% dos impostos arrecadados pela União, descontadas as participações constitucionais e as vinculações de receita.

O objetivo da PEC, com relatório da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), é voltar a garantir na Constituição verbas para custear programas e projetos oficiais de recuperação do chamado Rio da Integração Nacional, que possui muitos trechos dos seus 2.700 km assoreados e com as matas ciliares danificadas.

Nas suas Disposições Transitórias, a Constituição de 1946 assegurava a aplicação de 1% das "rendas tributárias" do governo federal para traçar e executar um plano de aproveitamento da Bacia do São Francisco, lembra Valadares. Esse dispositivo, com duração de 20 anos, não foi renovado nas Constituições seguintes.

A iniciativa de Valadares deverá garantir recursos estimados em cerca de R\$ 210 milhões por ano, em valores de 2000. Esse dinheiro poderá ser usado, segundo um dos defensores do projeto, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), como contrapartida nacional para alavancar financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A idéia é apoiar o desenvolvimento de projetos que poderão envolver, entre outras ações, reflorestamento e recuperação de matas ciliares, saneamento básico, educação ambiental, melhoramento das condições de navegabilidade do rio e geração de energia elétrica.



Valadares pretende assegurar recursos na Constituição

Jane Araújo

rias, a Constituição de 1946 assegurava a aplicação de 1% das "rendas tributárias" do governo federal para traçar e executar um plano de aproveitamento da Bacia do São Francisco, lembra Valadares. Esse dispositivo, com duração de 20 anos, não foi renovado nas Constituições seguintes.

A iniciativa de Valadares deverá garantir recursos estimados em cerca de R\$ 210 milhões por ano, em valores de 2000. Esse dinheiro poderá ser usado, segundo um dos defensores do projeto, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), como contrapartida nacional para alavancar financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A idéia é apoiar o desenvolvimento de projetos que poderão envolver, entre outras ações, reflorestamento e recuperação de matas ciliares, saneamento básico, educação ambiental, melhoramento das condições de navegabilidade do rio e geração de energia elétrica.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800-61-2211 — e autorizando a publicação.

Jéfferson Almeida Alves (Aral Moreira-MS)

Por que cada estado não pode criar o seu próprio salário mínimo?

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) responde: o salário mínimo é constitucional, não pode ser criado nos estados, mas cada um pode definir o seu piso salarial a partir do valor decretado pelo governo federal. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, no governo anterior, definiu o menor piso do salário estadual em R\$ 220. E assim qualquer governante pode encaminhar proposta à Assembleia Legislativa, que aprova uma lei determinando o menor salário pago naquele estado.

Marcelo Nunes Pereira (Itaperuna-RJ)

É legal a prefeitura ficar mais de um ano sem pagar o PIS/Pasep e não incorporar aos salários as gratificações por insalubridade?

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) responde: reter o PIS/Pasep está completamente fora da lei. Quanto aos adicionais por insalubridade, dependem da Justiça do Trabalho, que é quem julga o mérito desse tipo de gratificação. Se você se sentir prejudicado com relação a esses direitos, deve procurar a junta trabalhista mais próxima ou o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Lá obterá informações acerca do procedimento que deve realizar para resolver o caso.